

DIVERSIDADE CULTURAL: DESAFIOS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Anselmo Alencar Colares
UFOPA e UNIR
anselmo.colares@pq.cnpq.br

Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares
UFOPA e UNIR
lilia.colares@hotmail.com

Resumo: O artigo discute a temática da Diversidade Cultural presente nos processos educativos e no cotidiano escolar. Apresenta as reflexões oriundas de uma pesquisa em desenvolvimento, com apoio do CNPq, que objetiva analisar o tratamento que a temática está recebendo no âmbito do curso de pedagogia em seis campi da Universidade Federal de Rondônia. A educação para a diversidade é objeto de considerações específicas, tendo em vista que pode se constituir em um fator decisivo para a construção de uma sociedade qualitativamente superior. E isto requer teoria e prática, revisão de valores e mudanças de atitudes, com implicações diretas na política e na gestão educacional, em todos os seus níveis.

Palavras-chave: diversidade cultural; multiculturalismo; amazônia.

INTRODUÇÃO

Transcorridos mais de quinhentos anos de presença europeia nas terras que constituem o território brasileiro, ainda nos vemos envoltos em problemas que são típicos das atitudes colonizadoras, preconceituosas, e até violentas que marcaram o contato entre povos tão diferentes, especialmente quanto às práticas de comércio e aos modos de aquisição e de utilização do conhecimento. A diversidade como traço marcante na formação histórico social brasileira é algo indiscutível. Antropólogos, historiadores e diversos outros cientistas sociais já se lançaram a tarefa de identificar, definir e compreender a cultura brasileira em seus múltiplos aspectos. Independentemente de suas concepções ideológicas, concordam que existe uma acentuada e rica diversidade cultural, e não apenas uma diversidade na nossa composição étnica. Todavia, nem todos atribuem a esta diversidade a mesma importância e a consideram em sua riqueza, na medida em que ainda há quem assuma posição nitidamente enaltecida de uma determinada cultura em detrimento de outra(s).

Tal dificuldade de percepção revela a existência de limitações cujas raízes estão profundamente instaladas e que dificultam a efetivação de políticas públicas visando o enfrentamento de discrepâncias cujas bases estejam assentadas nas diferenças, quer sejam étnicas, de gênero, de preferência sexual, etc. Ao mesmo tempo, reforçam a defesa de uma ação educativa que seja capaz de produzir mudanças significativas, tanto na compreensão, quanto no enfrentamento dos preconceitos e das injustiças. E isto requer teoria e prática, revisão de valores e mudanças de

atitudes. Portanto, possui implicações diretas com as políticas e com a gestão educacional, em todos os seus níveis.

O respeito e a valorização do diferente, especialmente quando este se encontra em condição de inferioridade, reclama como condição preliminar de desenvolvimento uma educação para a diversidade, e esta, por sua vez, prescinde de bases epistemológicas e requer a adoção de políticas e de estratégias de implementação que sejam alicerçadas no coletivo. Cremos que somente assim será possível a alteração nos padrões culturais de dominação.

O multiculturalismo nasceu e cresceu no terreno dos conflitos e também das trocas entre os diferentes grupos postos à margem da sociedade. Fruto de um esforço denunciador dos preconceitos gerados pelo etnocentrismo, revelou a existência da diversidade mas, a princípio, não buscava necessariamente dar visibilidade ao diferente, contentando-se em que este incorporasse o padrão dominante ou fosse por ele incorporado. Prevaleceu no contexto inicial a idéia de incluir como sinônimo de colocar para dentro o que está fora. Todavia, sabemos hoje que não se trata de somente tolerar, respeitar ou entender o diferente, mas sim de legitimá-lo, como integrante da humanidade, com direito à igualdade e ao mesmo tempo direito também de ser diferente.

Uma educação que considere e respeite a diversidade assenta-se na efetivação de um currículo capaz de promover mudanças substanciais nas relações que se estabelecem entre os diferentes sem, contudo, deixar de considerar os fatores que promovem as desigualdades, e atentando para o fato de que a mera aceitação do outro, do diferente, não é suficiente para a superação das desigualdades que estão presentes nas relações sociais.

A percepção valorativa e respeitosa do diferente é, sem dúvida, um passo importante no caminho da superação de preconceitos, mas não pode ser confundida como ponto de chegada se o objetivo final é a construção de uma sociedade na qual as pessoas sejam tratadas sem distinção. E isto não pode ser confundido com a eliminação da diferença pela sua exclusão, até porque ser diferente não significa que também deva ser desigual. Poder ser diferente não conflita com ser tratado como igual nas relações que se travam no cotidiano.

Eis, portanto, uma tarefa da maior importância para educadores que queiram se engajar na construção de uma sociedade qualitativamente superior. A escola isoladamente não produz tal revolução, mas pode contribuir significativamente para a superação de preconceitos fundados na ausência ou na deficiência de compreensão da diferença, em suas mais variadas formas, até porque, como afirmou Nelson Mandela “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nas palavras do líder sul-africano temos a presença de dois verbos fundamentais: Aprender e Ensinar. Verdadeiras balizas de uma educação transformadora, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. No ensinar e no aprender estão a chave para a construção de uma nova mentalidade coletiva capaz de tornar mais saudáveis os relacionamentos e de não aceitar a desigualdade, principalmente quando estiver sustentada na diversidade que se expressa na suposta

inferioridade de uns com relação a outros, seja pela aparência física ou pelas expressões culturais que manifestam. Mas para ensinar é necessário conhecer, e para aprender é necessário estar aberto ao entendimento. Os dois verbos só podem ser viabilizados adequadamente se forem precedidos por outros, tais como, por exemplo: identificar, reconhecer, desmistificar, valorizar.

O artigo reúne sistematizações iniciais de uma pesquisa financiada pelo CNPq (edital universal nº 14/2009) que se encontra em andamento e que se insere na busca por entender como a temática da diversidade cultural se faz presente no curso de pedagogia oferecido pela Universidade Federal de Rondônia nos campi de Porto Velho, Ariquemes, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Vilhena e Guajará-Mirim. Estima-se que os resultados finais subsidiem discussões propositivas visando aprimorar a formação docente, especialmente considerando tratar-se de um estado integrante da região amazônica, dotado de características peculiares, onde parte significativa da população ainda mantém determinadas formas de organização social, atividades laborais e tipos de lazer que expressam forte solidariedade e grande interação com a natureza, dificilmente encontrados em locais onde o estágio de desenvolvimento econômico capitalista já está mais avançado.

DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR

As relações de poder presentes em uma dada sociedade tendem a se manifestar também nas instituições educativas, ao menos em suas expressões de aceitação ou de negação dos valores que defendem os diferentes grupos sociais. Nesse sentido, os interesses distintos afloram e buscam se impor, ao mesmo tempo em que procuram alcançar algum grau de legitimidade. Todavia, como as contradições também se fazem presentes, podem nascer nestes espaços educativos uma nova situação, que será qualitativamente superior. Para isto é fundamental que os currículos escolares sejam revisitados analiticamente e modificados, quando assim o indicarem as reflexões oriundas das discussões coletivas, tanto em termos dos conteúdos, quanto com relação as atividades desenvolvidas cotidianamente.

Posto que o sistema educacional e as instituições escolares são produtos sociais historicamente construídos, são também modificáveis. Tanto podem contribuir para a reprodução das formas de conduta, das relações e dos conhecimentos que funcionam como requisitos para a manutenção de um modelo econômico, político, cultural e religioso fundamentado na desigualdade e reforçador das diferenças, quanto podem promover a resistência a este modelo e propor a sua superação. Se a opção desejada estiver na perspectiva transformadora, é imprescindível o conhecimento da diversidade, como pressuposto para o respeito e a valorização.

Sabemos que a sociedade brasileira, de um modo geral, é marcadamente constituída de diversidades. Todavia, esta característica ainda é pouco considerada nos currículos escolares. Uma mudança de atitude passa, necessariamente, pela formação de professores. O curso de pedagogia, por ser não só o maior responsável pela preparação dos profissionais para a educação infantil e o ensino fundamental (séries iniciais), mas também pela presença nas discussões relativas às questões curriculares da educação básica, pode exercer um papel fundamental na

mudança de percepção quanto a temática da diversidade, enfatizando a importância de sua compreensão para que ela seja respeitada e valorizada nas escolas.

As propostas que apontam na direção de uma educação multicultural, ou intercultural como preferem denominar alguns autores (vide CANDAU, 1998, CANEN e OLIVEIRA, 2002; SOUZA, 2005), tem vindo à tona com maior intensidade nos debates atuais, com o desenvolvimento de pesquisas teóricas e de ações políticas, mas ainda não se configuram em práticas cotidianas no interior das escolas, as quais são marcadas por relações sociais desiguais, onde tende a haver domínio de grupos cujos padrões étnico-culturais são os dominantes na sociedade. Neste sentido, o estudo da diversidade cultural pode contribuir para a superação de preconceitos, desde que haja uma ação educativa que respeite e valorize as formas culturais dos grupos não hegemônicos (MCLAREN, 2000; SANTOS, 2003; MACEDO, 2004).

Como observa Amaral

O multiculturalismo é considerado por muitos como um tema complexo, polêmico e controverso, principalmente se estiver relacionado à educação. Entretanto, o assunto coloca-se como um desafio do nosso tempo, permitindo-nos a desconstrução de verdades prontas, a integração dos saberes e a percepção da diversidade humana.

As questões das diferenças de gênero, cultura, etnia/cor fazem parte das discussões globais e nos colocam diante da necessidade de pensar uma educação multicultural em que não se reproduzem estereótipos, preconceitos, discriminações, padrões e exclusões. (2009, p. 12)

Todavia, um dos desafios para a construção de uma pedagogia pluricultural é a pouca atenção dada ao tema no currículo (entendido em sentido amplo) dos cursos de formação de professores. Candau (1998) aponta que as questões de educação intercultural e seus impactos sobre o processo de ensino não tem sido incluídas de maneira sistemática nos cursos de formação docente. Canen e Oliveira (2002) mostram que as reflexões geradas com as pesquisas nos últimos anos no Brasil, não se fizeram acompanhar de mudanças efetivas no cotidiano das escolas. Concordamos com Tel Amiel ao afirmar que:

[...] Os professores de amanhã, estudantes das licenciaturas, estão pouco preparados para assimilar e utilizar a diversidade cada vez mais presente nas salas de aula. São raros os cursos universitários que preparam seus alunos para lidar com a crescente diversidade de conhecimentos na sala de aula. Faz-se necessária uma reflexão sobre o papel do professor de amanhã e sua posição diante destas transformações. (2008, p. 193)

No contexto amazônico, este é um desafio ainda maior, pois ela se caracteriza “por uma rica sociodiversidade (CAVALCANTE e WIEGEL, 2006, p. 2) incluindo populações indígenas de diferentes etnias com suas línguas e culturas específicas, além das culturas caboclas como os ribeirinhos e trabalhadores rurais que habitam o campo e que possuem diferentes experiências e manifestações culturais, co-habitando de formas aparentemente não conflituosas. Este mosaico cultural muitas vezes se manifesta nas salas de aula, contrastando com o desejo de uma turma idealizada por muitos professores, de que ela seja homogênea, não-conflituosa, em condições

de aprendizagem idênticas e com estudantes que deixem para fora da sala de aula as marcas de suas diferenças.

Consideramos de importância crucial a compreensão pedagógica e a aplicação no cotidiano das escolas da Amazônia, a questão da diversidade cultural, como mecanismo de superação de desigualdades e como forma de promoção de justiça histórica para com as populações marginalizadas.

Em relação às nossas práticas na região amazônica brasileira, junto a educadores e educandos situados na fronteira geo-política e social, temos a afirmar que o multiculturalismo crítico ainda é uma bandeira de luta e de resistência para vencer os desafios da fronteira. Em Rondônia, na convivência com populações tradicionais da Amazônia, com a grande afluência dos migrantes de todas as regiões brasileiras e de vários países do mundo, estudamos currículos pouco compatíveis com os desafios que tais realidades apontam, na escola Básica e na Universidade, na rede pública e particular de ensino. Percebemos a cultura silenciada dos povos ribeirinhos, dos indígenas brasileiros, do estrangeiro, especialmente o boliviano fronteiriço, dos migrantes que vieram em enormes levadas migratórias a partir da década de 1970, capitaneados por governos militaristas que prometiam um novo “Eldorado” no norte do país. Temos denunciado tais fatos em nossos trabalhos acadêmicos e em nossos discursos, e somos, muitas vezes, barrados ou ignorados em nossa intenção de transformações curriculares dentro dessa realidade. (VELANGA et al, 2009, p. 28)

A sociedade brasileira, e a Amazônia, em particular, é culturalmente diversificada, por esta razão faz-se necessário pensarmos em uma formação docente que prepare o futuro professor para lidar com esta situação e, ao mesmo tempo, é preciso oferecer subsídios e envolver nesta problemática também os professores que já estão em sala de aula.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

A busca pelo reconhecimento da diferença, e nesse reconhecimento a invocação da igualdade de direito, é fundamental para uma educação realmente inclusiva e atenta para a diversidade. E isto demanda a implementação de práticas pedagógicas que atendam as expectativas e necessidade dos diferentes grupos presentes na escola. Uma educação multicultural, inclusiva, crítica e criativa, reclama mudanças radicais nas estruturas de poder, da escola e da sociedade, posto que, “do ponto de vista crítico, é impossível negar a natureza política do ato educativo, assim como é impossível negar o caráter educativo do ato político” (FREIRE, 1999, p.23).

Quando procuramos entender como se constroem, se reproduzem e persistem as discriminações e os preconceitos oriundos da não aceitação da diversidade, não podemos deixar de fixar nossa atenção ao sistema educativo, e a escola em particular. Ainda que suas possibilidades de mudanças sejam limitadas, a educação é fator essencial para o desenvolvimento de uma sociedade na qual os relacionamentos sejam saudáveis, do ponto de vista da aceitação e do respeito ao outro, ao diferente.

Há quem defenda que, nesse campo, a tarefa da educação seja simplesmente corrigir as anomalias verificáveis na sociedade, quanto a discriminações e preconceitos. Outros, entretanto, conseguem enxergar um campo mais amplo de atuação, admitindo que o sistema educacio-

nal, e as escolas em particular, podem exercer papel decisivo na transformação da sociedade.

A linguagem, por exemplo, é um dos mecanismos através dos quais os preconceitos e as discriminações se apresentam e se disseminam na sociedade, e que se mostram fortemente presentes nas instituições escolares. Por ela silencia-se, oculta-se o diferente, ou lhe é atribuído uma condição de inferioridade. A linguagem utilizada por um determinado grupo, tende a incorporar como cristalizadas as crenças e os valores presentes no contexto histórico e cultural no qual foi gerada. Sendo a forma pela qual expressamos o que pensamos e sentimos a respeito do outro, seja pela palavra, pelos gestos, pelos símbolos, ou por quaisquer outros processos comunicacionais, há de ser objeto de constante preocupação dos educadores, a fim de que não venha a se constituir em obstáculo para o estabelecimento de condições indispensáveis ao desenvolvimento educativo de todos os membros da sociedade.

Os grupos que exercem o domínio econômico tendem a impor sobre os outros determinados valores, os quais nem sempre coincidem com os que eles mesmos praticam, mas são importantes para que possam se manter na condição de dominantes. Daí temos o nascimento e a perpetuação das ideologias, as quais traduzem uma visão de mundo parcial e fragmentada, ao mesmo tempo em que procuram criar um sentido comum, para que seja aceita e absorvida por todos. Gramsci (1981) utiliza-se do termo hegemonia para explicar como a ideologia dominante em uma dada situação concreta está presente no chamado “senso comum” de tal forma que os mecanismos de opressão e diferenciação entre as classes que contribuem para manter as situações de injustiça, sejam percebidos como naturais, portanto, não estando sujeitos a modificação, cabendo a todos aceitá-los como inexoráveis.

As instituições escolares, desde suas origens, estão associadas aos interesses daqueles segmentos da sociedade que exercem a hegemonia sobre os demais, e por isso mesmo tem se mostrado bastante eficiente na tarefa de disciplinar mentes e corpos, na perspectiva de manter os referenciais tradicionais da sociedade classista, racista e heterossexual.

Vivemos em um mundo no qual os interesses de setores economicamente mais fortes, embora quantitativamente inferiores, se sobrepõem aos interesses dos demais, mesmo que estes constituam a maioria. Por controlarem os mecanismos de poder, tendem a manipular as informações e os espaços de produção e disseminação de conhecimentos. Reconhecer que não vivemos em um mundo homogêneo, é admitir que há desigualdades e diferenças. Desigualdades fundamentadas nos privilégios de classes, e diferenças visualizadas nas etnias, nas culturas, nas relações de gênero e sexo. Tal diversidade, todavia, não corresponde a um reconhecimento igualitário dos desiguais. Portanto, o reconhecimento, a aceitação, a valorização do diferente, são condições para a construção de uma sociedade mais justa.

Aos educadores que com esforço intelectual e compromisso social conseguem desvendar esta realidade, cabe a tarefa de construir uma educação que propicie a compreensão mais abrangente sobre as diferenças e as desigualdades, e o fortalecimento das lutas por justiça social, a começar pela incorporação no currículo escolar, de estratégias que contribuam para contrastar e superar as concepções supostamente científicas que alimentam o domínio de um ou

alguns grupos que se julgam diferentes e superiores em relação aos demais. O reconhecimento da diversidade deve se fazer presente na escola, pois ela constitui-se em espaço privilegiado no qual as pessoas travam contato com informações e produzem novos conhecimentos, adquirem e/ou consolidam comportamentos e valores que os identificam com os grupos sociais já estabelecidos.

Passa a ser tarefa dos educadores e também dos estudantes comprometidos com uma educação que verdadeiramente busque promover a compreensão da diversidade na perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e democrática:

- a) Desvendar as relações de poder que estão inseridas nos enunciados científicos, e que muitas vezes legitimam preconceitos e discriminações;
- b) Compreender a historicidade e os condicionantes de classe daqueles que constroem os discursos que dão sustentação às estruturas de poder (político, econômico, religioso, cultural, etc.), percebendo que as condições históricas e o contexto no qual os referidos discursos foram construídos, podem conter tanto equívocos quanto direcionamentos favorecedores da dominação de um ou alguns grupos sobre os demais;
- c) Considerar a atividade pedagógica como uma possibilidade de colocar em prática a compreensão das questões que integram as discussões a respeito da ética e da justiça social;
- d) Valorizar experiências e conhecimentos distintos, confrontando concepções e opiniões pessoais com as expressadas por outros, na busca da geração de conflitos cognitivos que obriguem a todos construir um conhecimento socialmente mais abrangente e relevante;
- e) Dedicar especial atenção em integrar todos os que, embora integrando o mesmo ambiente escolar, estejam sendo vítimas de discriminações e preconceitos;
- f) Dar visibilidade e acentuar o merecido valor para os exemplos positivos que revelam situações de superação pessoal e coletiva frente a situações adversas cujas dificuldades foram acentuadas em razão daquela pessoa ou daquele grupo ser diferente do padrão social dominante em um dado contexto.

Os itens acima elencados não constituem receita para a superação de desigualdades, e nem tampouco são suficientes para que se faça uma educação voltada para a valorização da diversidade. Todavia, foram aqui apresentados como proposições possíveis de serem realizadas, e para que neste exercício sejam objeto de apreciações críticas e gerem novas e mais significativas proposições.

Somente as leituras e reflexões coletivas e continuadas podem impedir que caiamos em armadilhas nos levam a simplificações de propostas que, embora consistentes em seus objetivos amplos, se transformam em modismos e perdem seu potencial transformador. No caso específico da educação, ela se torna pseudomulticultural quando o outro, o “diferente” é visto e até ouvido mas não se presta atenção a como ele é realmente e ao que ele diz. Ou então sua imagem e suas vozes são distorcidas. Nos raros momentos e espaços em que ganha visibilidade, é por se constituir em “um exemplar exótico”.

A educação para a diversidade obriga-nos a questionar todas as formas de discriminação e de dominação que se fazem presentes nas relações sociais, não apenas nas macro questões econômicas, mas também nos discursos e nas práticas do cotidiano. E por conseguinte temos que nos posicionar sobre o modelo de sociedade que desejamos ajudar a construir pelo caminho da educação.

Santomé (2008, p. 22 a 25) analisando a evolução da temática do multiculturalismo aponta cinco modalidades de encarar a gestão da convivência de distintas culturas em um mesmo território. Faremos a seguir uma breve descrição de cada uma das referidas modalidades.

- 1) Isolacionista: Diferentes grupos que habitam um mesmo território têm vidas independentes e estabelecem uma mínima interação mútua; unicamente a imprescindível para a convivência em conjunto.
- 2) Transigente: Aquela sociedade que se apóia numa cultura dominante mas leva a cabo determinados reajustes e toma medidas específicas em função de algumas necessidades das minorias culturais com as quais partilha o território. Medidas que jamais irão modificar a cultura dominante e nem o modo como essa sociedade esteja organizada.
- 3) Autonomista: Refere-se a um tipo de sociedade na qual os grandes grupos lingüísticos e culturais não hegemônicos, mas não constituídos por pessoas imigrantes, conseguem um estatuto de igualdade com a cultura dominante, mantendo uma vida autônoma dentro de um marco político aceito por toda a coletividade. Mas vivendo quase que de forma segregada.
- 4) Crítico ou interativo: Os grupos culturais não colocam a ênfase em manter modos de vida autônomos, mas em construir uma cultura coletiva que reflete e reconhece as suas distintas perspectivas.
- 5) Cosmopolita: Nesta proposta há o interesse de romper com as fronteiras entre os povos e as culturas e de construir uma sociedade na qual todos se sintam desvinculados de um grupo específico e que não se considerem com a obrigação de manter e transmitir o seu idioma e sua cultura. Nesta modalidade as culturas são consideradas como conjunto de recursos à disposição de cada pessoa, que pode escolher da mesma maneira como escolha qualquer bem disponível no mercado.

O autor em referência chama-nos a atenção para o fato de que “é fundamental ter consciência de que nenhum destes modelos se aplica sem importantes resistências por parte dos sectores que discordam da opção escolhida ou imposta”. (SANTOMÉ, 2008, p. 25).

As modalidades apresentadas relacionam-se a um dado modelo de sociedade e articulam-se aos sistemas educativos, por meio de funções e responsabilidades específicas e que são descritas em três modelos destinados a promover a integração das diversidades culturais nas instituições escolares, quais sejam: a assimilação, o pluralismo superficial e a educação multicultural crítica. Faremos a seguir considerações pontuais sobre cada uma delas.

No modelo assimilacionista a escola tem como missão evitar a diversidade cultural e lingüística e impor uma língua única e cultura oficial. Para esta tarefa são essenciais os conteúdos uniformizados e “selecionados” a partir da ótica dos grupos sociais que exercem o domínio sobre os demais. No pluralismo superficial nota-se a busca do estatuto de igualdade por parte dos grupos minoritários perante a cultura dominante. Concretamente os resultados obtidos são limitados, uma vez que os grupos política e economicamente mais fortes reconhecem alguns valores, geralmente no plano folclórico e turístico (festas populares, danças ...) ao mesmo tempo em que nega modificações nas condições de vida que geram a desigualdade social para estas populações. O modelo denominado de educação multicultural crítica propõe o reconhecimento de identidades e valorização das diferenças desde que estas não atentem contra os direitos humanos, e se destinem ao enriquecimento mútuo dos diferentes coletivos que partilham um determinado território. (SANTOMÉ, 2008, p. 27 a 36).

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

As palavras constantes deste tópico não concluem a discussão realizada, apenas cumprem uma espécie de exigência formal para finalizar um texto. Consideramos que para que possamos trilhar caminhos mais seguros na perspectiva de uma educação para a diversidade precisamos desenvolver práticas de questionamento do senso comum acerca das concepções e dos valores que alimentam os discursos de identidades e de diferenças. Em nosso entendimento, a história das diversas formas de resistência a todos os tipos de dominação poderá contribuir para que tenham uma visão mais ampla e para que possamos nos colocar frontalmente em oposição às perspectivas que apontam para o tratamento da diversidade apenas de forma folclorizada e pitoresca. Afinal, a diferenciação cultural pode ir muito além de ma opção, quando está assentada na miséria, na segregação, e no isolamento forçado. Desvelar esta trama é da mais alta relevância para a superação das injustiças sociais. Acionar os mecanismos educativos é tarefa dos que pensam em uma sociedade qualitativamente superior a esta que nos legaram e na qual estamos inseridos.

Não obstante a preocupação de educadores comprometidos com o reconhecimento da multiplicidade de manifestações e identidades que compõem a diversidade cultural presente em nossa sociedade, e com o desvelamento das condições históricas em que se constituíram as desigualdades entre classes e os preconceitos étnico-raciais, muitas das atividades desenvolvidas no ambiente escolar ainda permanecem alicerçadas em concepções e práticas que ocultam ou desvalorizam as manifestações culturais dos segmentos marginalizados ou minoritários.

Podemos pensar na escola como uma instituição capaz de contribuir para a transformação social. Para que ela possa cumprir este desiderato faz-se necessário atenção especial quanto a formação dos professores, de tal forma que possam incorporar, entre as diversas exigências para o seu exercício profissional, a compreensão de que diferenciar não é sinônimo de desigualdade. Propor uma educação para a diversidade não é propor a diluição das diferenças no caldeirão da mundialização do mercado.

Se a escola pode reproduz, através dos programas oficiais, a desigualdade da sociedade capitalista, ela também pode se converter em um espaço de luta e de conquistas em prol dos grupos socialmente desconsiderados. Sabemos que a educação ainda encontra-se fortemente centrada nos valores hegemônicos das elites dominantes, mas isso não implica que deverá ser sempre assim. Somente conhecendo melhor as culturas silenciadas (como as dos diferentes povos indígenas e dos afro-descendentes que povoam a Amazônia) será possível incluí-las nos currículos escolares de forma respeitosa e propositiva, e não apenas como uma reedição do espanto do colonizar ao fincar seus pés em nosso território. Em suma, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a educação seja um instrumento de afirmação de identidades e de superação de desigualdades, respeitando as diferenças culturais. Mas ele já está sendo construído. Todos estão convidados a participar desta obra.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, N. F. (Org.). *Multiculturalismo na Amazônia: o singular e o plural*. Curitiba: Editora CRV, 2009.
- AMIÉL, T. Multiculturalismo y tic: una relación cíclica. In: AMARAL, S. et al. *Aplicaciones educativas y nuevos lenguajes de las tic*. Campinas: FE Unicamp, 2008. [p. 193 a 206].
- CANEN, A., OLIVEIRA, A. M. A. de. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Set/Dez 2002. [p. 61-74].
- CANEAU, V. M. Pluralismo multicultural, cotidiano escolar e formação de professores. In: CANEAU, V. M. (Org.) *Magistério: construção cotidiana*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998 [p. 237-250].
- CAVALCANTE, L. I. P. WEIGEL, V. A. C. *Educação na Amazônia: oportunidades e desafios*. Disponível em «www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes...» Acesso em 15 de janeiro de 2007.
- COLARES, A. A.; UCHÔA, M; AMARO, M. C. Educação na Amazônia: Inclusão e Multiculturalismo. In: FABIANO, L. UCHÔA, M. *Espaço Amazônia: Inclusão social, cultura, linguagem e educação*. Curitiba: Editora CRV, 2009. [p. 53-71].
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 37 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MACEDO, D. O. Multiculturalismo para além do jugo do positivismo. In: *Currículo sem fronteiras*. V 4, nº 1, Jan/Jun, 2004. [p. 101-114].
- McLAREN, P. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SANTOMÉ, J. T. Multiculturalismo anti-racista. Porto, Portugal: Profedições, 2008.
- SANTOS, B. de S. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento (entrevista com). In: *Currículo sem fronteiras* v. 3, nº 2. Jul/Dez, 2003. [p. 5-23].
- SOUZA, M. E. V. Pluralismo cultural e multiculturalismo na formação de professores: espaços para discussões étnicas de alteridade. In: *Revista HISTEDBR* nº 19. Campinas, set. 2005. [p. 89-100].
- VELANGA, C.; SANTOS, E.; BRASILEIRO, T. Formação de educadores, currículo e educação multicultural: um diálogo freireano na Amazônia. In: AMARAL, N. F. (Org.). *Multiculturalismo na Amazônia: o singular e o plural*. Curitiba: Editora CRV, 2009.